

editorial

Há cerca de um ano a Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos organizaram um grande evento técnico e científico denominado reabilitar2010 - Encontro Nacional sobre Conservação e Reabilitação de Estruturas, que teve lugar no LNEC entre 23 e 25 de Junho de 2010 (<http://reabilitar2010.lnec.pt>). Procurou-se, assim, com a realização deste evento, que incluiu nomeadamente a reabilitação sísmica das construções, abordar e debater as principais problemáticas relativas às actividades de conservação e reabilitação de estruturas, e contribuir para o seu desenvolvimento em Portugal.

De facto, tal como se referiu no editorial do número 6 da *rpee*, a conservação e reabilitação de estruturas desperta um grande interesse a nível internacional. No entanto, e ao contrário da maioria dos países europeus, estas actividades tardam ainda em apresentar uma expressão significativa em Portugal.

Este relativo atraso do nosso País, em relação aos seus congéneres europeus, torna-se ainda menos compreensível face à perigosidade sísmica que afecta largas áreas do nosso território, e, em particular, a extensa área metropolitana de Lisboa. De facto, os sismos constituem um dos desastres naturais que maior impacto podem ter nas sociedades, não só pela perda de vidas humanas que originam, mas também pelas suas terríveis consequências a nível económico e social.

Assim, em Portugal, face a um sismo intenso, não só se deve temer a ocorrência de elevados danos no parque habitacional, principal património de grande parte das famílias portuguesas, como também se deve recear a destruição total ou, pelo menos, parcial de elevado número de escolas, hospitais, edifícios públicos, instalações fabris, etc., com o conseqüente risco de elevadas perdas em vidas humanas e de enorme desorganização e acentuado empobrecimento de parte significativa da sociedade portuguesa.

Trata-se, portanto, de um risco potencial elevado, para o qual não existe uma adequada percepção política e social, em resultado da baixa ocorrência histórica de sismos de grande intensidade, temporalmente afastados entre si, por vezes, mais de 250 anos. Mas a verdade é a de que o País pode, efectivamente, voltar a ser atingido por sismos de grande magnitude e enorme capacidade de destruição. Urge então avaliar a vulnerabilidade de grande parte das construções existentes nas áreas de maior sismicidade, em particular as projectadas e construídas antes de 1970, e realizar, sempre que necessário, o seu adequado reforço estrutural.

A grave conjuntura económica e social vivida em Portugal nos últimos três anos torna ainda mais difícil a tomada urgente de políticas que possam minorar as consequências de um sismo intenso. Tal poderá eventualmente explicar o reduzido impacto sentido na nossa sociedade com a realização do reabilitar2010. O que não diminui, no entanto, a enorme responsabilidade de todas as entidades portuguesas com possibilidade de intervenção nesta área, incluindo nomeadamente as diferentes forças políticas, face às terríveis consequências esperadas de um evento desta natureza.

João Almeida Fernandes



Director da *rpee*